CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto n.º 55/2020/IPL – Aquisição de Equipamento Informático – DSIC

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de equipamento informático para o Instituto Politécnico de Lisboa (IPL).

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

Os bens deverão ser entregues de acordo com o prazo de entrega constante na proposta adjudicada.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de bens

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de bens

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de bens as seguintes obrigações principais:

a) Aquisição de equipamento informático.

2 — A título acessório, o prestador de bens fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 5.ª

Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de bens deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Politécnico de Lisboa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de bens

ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 6.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Instituto Politécnico de Lisboa

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1 — Pela entrega dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Instituto Politécnico de Lisboa deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

3 — O valor contratual não é passível de qualquer alteração durante a vigência do contrato.

Cláusula 8.ª

Preço Base

Para efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base é fixado em **€ 15.009,92 (quinze mil e nove euros e noventa e dois cêntimos)**, valor ao qual acresce a taxa de IVA em vigor.

Cláusula 9.ª

Gestor do contrato

É designado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, como gestor do contrato:

- Nuno Gomes - Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações (DSCI)

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1 — A(s) quantia(s) devidas pelo Instituto Politécnico de Lisboa, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Instituto Politécnico de Lisboa das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a confirmação da prestação de todos os trabalhos a desenvolver pelo prestador de bens ao abrigo do contrato.

3 — Em caso de discordância por parte do Instituto Politécnico de Lisboa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de bens, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de bens obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 11.ª

Modificações objetivas do contrato

Poderão existir modificações objetivas do contrato, no decorrer do mesmo, respeitando-se para o efeito o disposto nos artigos 311.º a 315.º do CCP.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o IPL pode exigir ao prestador de bens o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos, 5% do valor do contrato por dia de atraso.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do segundo outorgante, o Instituto Politécnico de Lisboa pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor total do contrato.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias

pagas pelo segundo outorgante, ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Instituto Politécnico de Lisboa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do segundo outorgante e as consequências do incumprimento.

5 — O Instituto Politécnico de Lisboa pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Instituto Politécnico de Lisboa exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de bens, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de bens, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de bens ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de bens de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de bens de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de bens cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de bens não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Instituto Politécnico de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de bens violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Não seja cumprido em mais de dez dias do prazo do contrato.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de bens.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do prestador de bens

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de bens pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros;

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 13.ª.

3 — Nos casos previstos na alínea *a)* do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Instituto Politécnico de Lisboa, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de bens, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de bens e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I

Especificações

1- Descrição dos bens:

Aquisição de equipamento informático com as seguintes especificações mínimas:

5 unidades	Dell Thunderbolt Dock TB16 180W EU com os seguintes requisitos mínimos: - Conetividade: Thunderbolt 3 (USB Type-C) - 1 porta DisplayPort - 1 porta VGA - 1 conector de fone de ouvido - 1 conetor de microfone - 1 Ethernet Gigabit (RJ45) - 2 portas USB 3.0 (frontais), uma com PowerShare - 1 USB 3.0 (traseiro) - 2 USB 2.0 (traseiro) - 1 USB Type-C Thunderbolt 3 (traseira) - Entrada CC de 7,4 mm
5 unidades	CONCEPTRONIC NOTEBOOK COOLING PAD THANA 15.6" 2 FANS com os seguintes requisitos mínimos: - 2 ventoinhas de arrefecimento - Velocidade das ventoinhas (1000 +/- 10% RPM) - Tamanho 125x125x15 mm - Entrada de energia: DC 5V - Dimensões: 360x265x25 mm - Peso: 470 g
10 unidades	LIFETECH LEITOR DE CARTAO CIDADAO LFCRD007 USB 2.0 com os seguintes requisitos mínimos: - USB 2.0 - Preto - SmartCards
2 unidades	Dell Docking Station WD19 – 180W com os seguintes requisitos mínimos: - Conetividade: USB Type-C - USB-C 3.1 Gen 2 (frontal) - 1 conector combinado de fone de ouvido/microfone (frontal) - 1 porta USB-A 3.1 Gen 1 (frontal), com PowerShare - 2 portas DisplayPort 1.4 (traseira) - 1 porta HDMI 2.0 (traseira) - 1 saída de áudio (traseira) - 1 Ethernet Gigabit (RJ45) - traseira - 2 USB-A 3.1 Gen 1 (traseiro) - 1 USB Type-C DisplayPort (traseira) - Entrada CC de 7,4 mm

4 unidades	Dell USB-C DA300 com os seguintes requisitos mínimos: - Conetividade: USB Type-C - 1 portas DisplayPort 1.4 - 1 porta HDMI 2.0 - 1 porta VGA - 1 Ethernet Gigabit (RJ45) - 1 USB-A 3.1 Gen 1 - 1 USB Type-C DisplayPort
10 unidades	Webcam Logitech Pro C922 com os seguintes requisitos mínimos: - Resolução máxima: 1080p/30qps – 720p/60qps - Tipo de foco: automático - Microfone embutido: Estéreo - Comprimento cabo: 1,5 m - Tripé incluído - Compatível com Windows 10 - Peso máximo (com clip): 162 g - Dimensões: - Sem clip: 29x95x24 mm - Com clip: 44x95x71 mm
38 unidades	Memórias HPE 16GB 2Rx4 PC3L- 10600R-9
2 unidades	HPE DL380 G7 Intel Xeon E5645 (2.40GHz/6-core/12MB/80W) Processor Kit
12 unidades	Placa 10Gb 2xRJ45 Intel X550-T2
4 unidades	Memórias HPE 16GB (1x16GB) Dual Rank x4 DDR4-2133 CAS-15-15-15 Registered Memory Kit (726719-B21)
40 unidades	Memórias HPE 32GB (1x32GB) Quad Rank x4 DDR4-2133 CAS-15-15-15 Load Reduced Memory Kit (726722-B21)
12 unidades	Dell R710 - Memórias (TJ1DY) -8GB (1x8GB) PC3L-10600R 2Rx4 1333MHz Memory RAM DIMM Dell TJ1DY Refurbished
5 unidades	Discos 2.5 SAS 10 k rpm 300G - 493083-001
5 unidades	Discos 2.5 SATA 5,4 k rpm 500G - 508035-001
20 unidades	Discos SSD 2.5' - Kingston KC600 256GB com os seguintes requisitos mínimos: - 2.5" SATA - Tecnologia 3D TLC NAND - Leitura: 550 MB/s - Escrita: 520 MB/s

2 – Local de entrega e colocação dos bens:

Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações (DSCI/COB) – sito no Campus de Benfica do IPL – 1500-651 Lisboa (A/C) Eng.º Nuno Gomes